



RURALIDADES E URBANIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MANDIRITUBA

Eduardo de Souza Ransolim

Universidade Federal do Paraná | eduardoransolim@hotmail.com

Sessão Temática 1: Produção do espaço urbano e regional

Resumo: Este artigo analisa a produção e dispersão da cidade capitalista, investigando a urbanização contemporânea e suas implicações para as relações urbano-rurais. Com base em revisão bibliográfica, examina a dispersão urbana e a expansão do tecido urbano para áreas rurais, utilizando como base a tipologia dos espaços de moradia em Mandirituba, Região Metropolitana de Curitiba. Os resultados mostram que a urbanização capitalista cria um mosaico espacial híbrido, combinando características rurais e urbanas, desafiando a dicotomia cidade-campo. A tipologia – Rural, Dormitório, Limítrofe e Subcentralidade – reflete a complexidade territorial, revelando padrões heterogêneos e interdependentes. Por fim, o estudo destaca a necessidade de novas abordagens para interpretar as relações socioespaciais, reforçando a importância das tipologias para compreender as transformações contemporâneas e propondo a revisão teórica das categorias rural e urbano.

Palavras-chave: ruralidades; perspectivas urbano-rurais; dispersão urbana; Município de Mandirituba; Região Metropolitana de Curitiba.

RURALITIES AND URBANITIES IN THE METROPOLITAN REGION OF CURITIBA: AN ANALYSIS FROM MANDIRITUBA

Abstract: *This article analyzes the production and dispersion of the capitalist city, investigating contemporary urbanization and its implications for urban-rural relations. Based on a bibliographic review, it examines urban dispersion and the expansion of the urban fabric into rural areas, using the typology of housing spaces in Mandirituba, Curitiba Metropolitan Region, as a case study. The results show that capitalist urbanization creates a hybrid spatial mosaic, combining rural and urban characteristics, challenging the traditional city-countryside dichotomy. The typology – Rural, Dormitory, Frontier, and Subcentrality – reflects territorial complexity, revealing heterogeneous and interdependent patterns. Finally, the study highlights the need for new approaches to interpret socio-spatial relations, emphasizing the importance of typologies to understand contemporary transformations and proposing a theoretical revision of rural and urban categories.*

Keywords: *ruralities; urban-rural perspectives; urban dispersion; Municipality of Mandirituba; Curitiba Metropolitan Region.*

RURALES Y URBANIDADES EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE CURITIBA: UN ANÁLISIS DESDE MANDIRITUBA

Resumen: *Este artículo analiza la producción y dispersión de la ciudad capitalista, investigando la urbanización contemporánea y sus implicaciones para las relaciones urbano-rurales. Basado en una revisión bibliográfica, examina la dispersión urbana y la expansión del tejido urbano hacia áreas rurales, utilizando la tipología de espacios de vivienda en Mandirituba, Región Metropolitana de Curitiba, como estudio de caso. Los resultados muestran que la urbanización capitalista crea un mosaico espacial híbrido, combinando características rurales y urbanas, desafiando la dicotomía tradicional ciudad-campo. La tipología – Rural, Dormitorio, Limítrofe y Subcentralidad – refleja la complejidad territorial, revelando patrones heterogéneos e interdependientes. Finalmente, el estudio destaca la necesidad de nuevos enfoques para interpretar las relaciones socioespaciales, enfatizando la importancia de las tipologías para comprender las transformaciones contemporáneas y proponiendo una revisión teórica de las categorías rural y urbana.*

Palabras clave: *ruralidades; perspectivas urbano-rurales; dispersión urbana; Municipio de Mandirituba; Región Metropolitana de Curitiba.*

INTRODUÇÃO

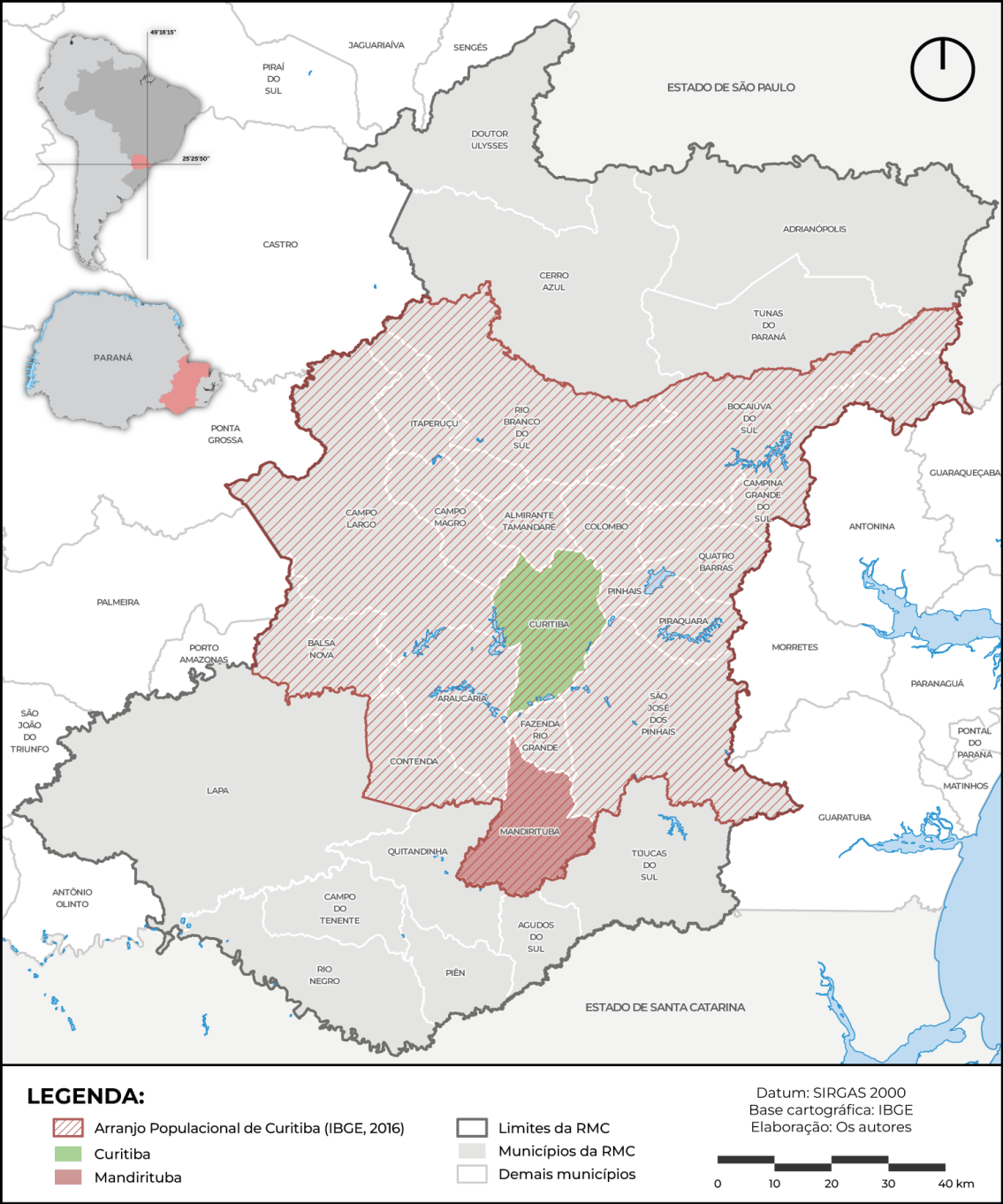
"A grande cidade explodiu". Com essa frase, Lefebvre (1999, p. 17) sintetiza uma transformação fundamental no tecido urbano das cidades contemporâneas. Através do conceito de "sociedade urbana" – a sociedade que resultará da urbanização completa –, Lefebvre (1999) identifica a urbanização como um processo global, que transforma o espaço rural e a agricultura, reconfigurando-os como extensões operacionais do espaço urbano. Essa sociedade urbana define-se não como uma realidade acabada, mas como possibilidade de futuro (Lefebvre, 1999, p. 28).

O geógrafo Neil Brenner (2018) complementa essa perspectiva ao desafiar as visões convencionais de urbanização. O autor argumenta que, sob o capitalismo contemporâneo, o território não pode ser rigidamente delimitado em termos de "urbano" e "rural", pois as dinâmicas de urbanização se tornaram multiescalares e descontínuas, afetando inclusive atividades tradicionalmente associadas ao campo. Segundo Brenner (2018), a urbanização contemporânea transcende as fronteiras da cidade física, penetrando vastas zonas logísticas, agrícolas e periurbanas, fenômeno que ele, referenciando Monte-Mór (2006), vai denominar como "urbanização extensiva". Assim, o autor redefine a cidade como um espaço que engloba não apenas os centros urbanos, mas também áreas periféricas que, embora não possuam características urbanas convencionais, desempenham funções essenciais para o suporte e expansão das cidades.

No contexto brasileiro, essas transformações apresentadas por Lefebvre (1999) e Brenner (2018) são mais evidentes nas metrópoles. No caso da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) (Figura 1), esses processos implicaram em processos de reestruturação espacial, os quais repercutiram na contínua expansão da mancha urbana de Curitiba em direção às áreas rurais, derivada, em grande parte, das novas localizações dos espaços residenciais, configurando uma espacialidade progressivamente mais dispersa e fragmentada (Nunes da Silva, 2012; Baliski, 2019) (Figura 2).

Conforme identificam Ultramari *et al.* (1994, p. 58), a formação das periferias no início da metropolização em Curitiba, excluindo-se alguns casos particulares, caracterizou-se pela expansão urbana em direção às áreas rurais, de forma descontínua, configurando espaços vazios entre as áreas ocupadas com feições rurais, os quais se tornaram suscetíveis a fortes pressões para o parcelamento do solo urbano. Esse processo evoluiu e se consolidou nas décadas seguintes (Firkowski, 2001). Para Nunes da Silva *et al.* (2021, p. 33-34) a metropolização da RMC tem promovido um contínuo "consumo de espaço", a partir de assentamentos cada vez mais distantes do município polo.

Figura 1: Região Metropolitana de Curitiba, Área de Concentração da População, com destaque para os municípios de Curitiba e Mandirituba



Fonte: os autores (2024).

LEGENDA:

Mancha de Ocupação Urbana

- 1953-1963
- 1976-1991
- 1996-2019
- Limites municipais
- Rodovias principais

0 5 10 15 km

Ao se observar o território rural de Mandirituba, município situado no segundo anel da RMC (Figura 1), Ransolim (2022) constatou a existência de uma série de espaços de moradia periféricos com distintas características, diferenciando-os em quatro tipos: Rural, Dormitório, Limítrofe e Subcentralidade (Quadro 1). Essa tipologia nos revela que o processo de expansão do tecido urbano para áreas rurais tem gerado diversas formas de ocupar o território da RMC, englobando desde localidades com características predominantemente agrícolas até áreas que funcionam como subcentralidades locais, possuindo comércio e serviços.

Cada tipo de espaço identificado em Mandirituba representa uma faceta dessa reestruturação urbana, questionando as abordagens tradicionais entre cidade e campo. Resta entender como espacialidades refletem o processo de ruptura da clássica dicotômica urbano/rural em regiões metropolitanas, e mais especificamente na RMC? Torna-se necessário, então, partir para novas categorias de análise para estudar esses espaços.

Quadro 1: Tipologia dos espaços de moradia identificados em Mandirituba-PR

TIPO	CARACTERIZAÇÃO	IMAGEM DE SATÉLITE	FOTOGRAFIA
RURAL	Localidades com moradias dispersas, no interior do município, com poucas conexões com as áreas urbanas. Sua população ocupa-se, principalmente, com a produção agropecuária. Caracteriza-se também pela presença de chácaras de descanso.		
DORMITÓRIO	Aglomerados com uso majoritariamente residencial, com ocupação bem definida e concentrada, implantados em áreas rurais e isolados das manchas urbanas inseridas nos Perímetros Urbanos.		
LIMÍTROFE	Espaços produzidos em extensão dos Perímetros Urbanos, derivados de processos de expansão periférica da malha urbana. Marcados pela precariedade urbana e habitacional.		
SUBCENTRALIDADE	Espaço desconectados dos Perímetros Urbanos, com a presença de usos do solo variados. Pode desempenhar funções de subcentralidade para assentamentos próximos situados na área rural.		

Fonte: Adaptado de Ransolim (2022).

Diante dessas transformações, o presente trabalho está estruturado em três movimentos. Inicialmente, através de uma revisão teórico-conceitual, procura compreender a produção do espaço da cidade e da metrópole capitalista, identificando sua correspondência com os processos de dispersão urbana, sobretudo para espaços rurais. O segundo movimento consiste em um esforço para construir um panorama das principais perspectivas interpretativas sobre a relação rural-urbano, identificando os componentes que ajudam a pensar as nuances que compõem a ruralidade na contemporaneidade. O terceiro momento cruza essas matrizes identificadas anteriormente com os diferentes tipos de espaços de moradia identificados em Mandirituba por Ransolim (2022), relacionando-os com as dinâmicas de urbanização contemporâneas.

Considerando o pressuposto que a diferença morfológica entre espaços urbanos e rurais se manifesta por meio de uma diversidade de padrões e oportunidades de desenvolvimento, ainda que de forma desigual e dentro de um cenário global de avanço da urbanização (Brenner, 2018, p. 283), entendemos que a compreensão das diferentes ruralidades é central para compreender o processo de reestruturação da metrópole de Curitiba. Justificamos esse estudo com o entendimento de Brenner (2018) de que se torna necessário substituir a busca de uma definição nominal para os espaços "urbanos" e "não urbanos", direcionando o foco dos estudos para a análise dos processos socioespaciais. Ressalta-se, ainda, que a análise não se detém sobre a revisão da tipologia desenvolvida por Ransolim (2022), mas debruça-se, exclusivamente, no cruzamento dessa tipologia com as bases conceituais identificadas na literatura.

PRODUÇÃO E DISPERSÃO DA CIDADE E DA METRÓPOLE

A produção da cidade capitalista emerge como uma dinâmica essencialmente moldada pela lógica da acumulação de capital, reconfigurando o espaço e promovendo desigualdades sociais e territoriais (Brenner, 2018). Sob essa lógica, a urbanização não se configura mais como um processo neutro, mas como uma manifestação intencional do capital, envolvendo tanto as forças do mercado quanto a intervenção estatal.

Abramo (2007) descreve como o neoliberalismo dos anos 1980 reposicionou o mercado imobiliário como o centro das decisões sobre o uso do solo. Segundo o autor, antes desse período, o Estado regulava a produção de materialidades urbanas, controlando a oferta de habitação e infraestrutura. No entanto, com a crise financeira e a subsequente desregulamentação, o mercado emergiu como o principal coordenador das decisões de uso do solo, promovendo um ciclo contínuo de compactação e dispersão urbanas.

Ao observar as cidades latino-americanas, Abramo (2007, p. 26) teoriza de que há uma dinâmica do mercado formal e outra do mercado informal que moldam uma espacialidade em que as cidades "têm uma estrutura urbana do uso do solo e das suas materialidades que, ao se compactarem, também se difundem e, ao se difundirem, se compactam".

Essa dinâmica se materializa no que Abramo (2007, p. 27) vai denominar de "cidade COM-FUSA", onde áreas de alta densidade habitacional e comercial convivem com a expansão periférica, muitas vezes sustentada por ocupações espontâneas e autoconstruções.

Essa coexistência e interdependência entre áreas formais e informais criam uma dinâmica urbana complexa, onde a informalidade se torna também uma extensão do mercado formal. Essa sobreposição de processos de dispersão e concentração cria desafios para a governança urbana, pois impede que políticas públicas integradas consigam equilibrar crescimento e equidade (Abramo, 2007).

Em um período posterior, Sanfelici (2013) explora os impactos da financeirização na produção do espaço urbano no Brasil. Para ele, a financeirização é entendida como a penetração do capital financeiro em setores que antes estavam fora do mercado especulativo, como foi o caso do imobiliário. O autor explica que, a partir dos anos 2000, o mercado imobiliário brasileiro foi transformado pela emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e pela criação de fundos imobiliários. Essa nova lógica permitiu a conversão de imóveis em ativos financeiros negociáveis, alterando as estratégias das grandes incorporadoras, que passaram a se expandir para regiões periféricas em busca de terrenos mais baratos e maiores margens de lucro (Sanfelici, 2013, p. 35).

Nesse contexto, o que o autor observa, diferentemente do entendimento de Abramo (2007), é que a financeirização reforça a dispersão urbana também pelo mercado formal, pois essa lógica orienta os investimentos também para áreas menos consolidadas, alimentando a especulação imobiliária e o consumo de espaço pelas cidades. Ao mesmo tempo, Sanfelici (2013) mostra como o Estado neoliberal fomenta esse processo ao criar um arcabouço regulatório que incentiva o capital estrangeiro e reduz a intervenção pública em políticas sociais. Assim, a financeirização não apenas intensifica as desigualdades existentes, mas também reorganiza a escala da urbanização, subordinando-a aos interesses do mercado financeiro global.

Complementando os entendimentos de Abramo (2007) e Sanfelici (2013), Brenner (2018) explora como esse processo de expansão da cidade rompe com as fronteiras tradicionais entre o urbano e o rural ao conectar cidades, regiões periféricas e zonas rurais aos fluxos globais de capital e infraestrutura. Para ele, a urbanização assume uma escala planetária, moldando corredores logísticos, zonas de livre comércio, e integrando territórios anteriormente considerados exteriores ao tecido urbano. Além disso, essa urbanização extensiva converte as cidades em áreas estratégicas para a acumulação de capital, reorganizando o território para atrair investimentos internacionais e sustentar a circulação global de mercadorias (Brenner, 2018). Contudo, o autor alerta que essa expansão não é homogênea; ao contrário, ela aprofunda desigualdades regionais e reproduz padrões de desenvolvimento espacial desigual.

Essas lógicas contraditórias demonstradas por Abramo (2007), Sanfelici (2013) e Brenner (2018) são expressão da própria natureza do capitalismo, que constantemente busca novas

formas de acumulação e reprodução do capital. A urbanização, nesse contexto, deixa de ser apenas um processo material e se transforma em um ativo financeiro, em que o valor do espaço está diretamente relacionado à sua capacidade de gerar retornos econômicos.

A dispersão urbana, contudo, não impacta apenas às áreas tradicionalmente considerada urbanas, mas estende-se às áreas rurais e periurbanas. A expansão da urbanização sobre áreas agrícolas e florestais não é apenas um fenômeno de crescimento físico, mas uma incorporação dessas regiões aos circuitos financeiros e especulativos (Sanfelici, 2013; Brenner, 2018). Observa-se que a dissolução da fronteira urbano-rural exemplifica uma nova reestruturação espacial, na qual territórios tradicionalmente agrícolas são apropriados para uso urbano e logístico, impulsionando o processo de urbanização extensiva (Brenner, 2018).

Trazendo o debate para o contexto metropolitano, Lencioni (2017, p. 39) menciona que "o novo padrão territorial das metrópoles não é por acaso disperso, estendendo em ondas o espaço construído". Para a autora, tal dispersão urbana é estimulada:

[...] uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espraiamento territorial da metrópole se constitui numa das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social, já que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. (Lencioni, 2017, p. 35).

Esse processo de valorização e expansão urbana, evidencia a influência capitalista na morfologia das metrópoles, que, ao se dispersarem, configuram um mosaico em constante mudança, muito diferente do modelo de cidade que as antecedeu (Soja, 1993). Vasconcelos (2016, p. 17) destaca que as metrópoles brasileiras não manifestam morfologias espaciais idênticas, sendo fruto das desigualdades sociais de cada contexto específico. Além disso, as transformações das metrópoles não ocorrem uniformemente, uma vez que permanências e resquícios de temporalidades passadas persistem e interagem com as mudanças socioespaciais observadas no presente. Ou seja, a reprodução do espaço envolve tanto inovações quanto permanências (Carlos, 2007, p. 67).

Retomando o entendimento de Brenner (2018), o conjunto dessas transformações em curso revela que a reestruturação espacial se caracteriza por uma crescente dificuldade de se reconhecer onde está o centro e onde está a periferia. Em função disso, Sposito (2007) identifica a existência de centros e periferias, obrigando que os critérios de análise estejam mais voltados para entender os conteúdos e funções destas espacialidades do que para identificar suas posições nas estruturas das cidades. Por meio desses processos, a dispersão urbana é promovida e os ciclos de reestruturação do espaço são instaurados. Por conta disso, as abordagens convencionais não são mais adequadas, e é necessária uma mudança significativa na forma como compreendemos a espacialidade das metrópoles.

No contexto da RMC, no início de 2010, Pereira (2013) identificou que os espaços periurbanos, compostos por paisagens rurais e por fragmentos urbanos, ocupavam aproximadamente 10% do território da RMC, correspondendo a cerca de três vezes a superfície das áreas urbanas

consolidadas naquele momento, as quais respondiam por 3,7% da extensão territorial da RMC. O autor descreve tais áreas como

[...] aquelas de paisagem mista, com presença de fragmentos urbanos e interstícios rurais encadeados, localizadas no rebordo da mancha urbana principal, contígua ao polo, e/ou bastante integrada, contendo áreas de grande conexão por movimentos pendulares, significativa variação no que tange ao número de trabalhadores ligados à agropecuária, com predomínio de trabalhadores nos serviços e na indústria, cujas dinâmicas imobiliárias são distintas, por conta da conjugação da proximidade do núcleo central e do menor preço da terra, podendo ser caracterizada, dentre outras formas, pela generalização dos condomínios. (Pereira, 2013, p. 58).

Isso indica que, à medida em que o capital e a financeirização redefinem a ocupação dos espaços rurais e periféricos, sobretudo nas metrópoles, é necessário revisar as formas como se entende o urbano e o rural nesse contexto de reestruturação metropolitana e de urbanização extensiva (Brenner, 2018). No próximo capítulo, revisaremos as perspectivas sobre as relações entre o urbano e o rural na contemporaneidade.

INTERPRETAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO URBANO-RURAL

Desde o início do século XXI, a definição do que é considerado urbano tem sido tema de debate e discordância nas Ciências Sociais. (Brenner, 2018, p. 279). A urbanização, em sua etapa atual, deixou de se restringir às áreas propriamente urbanizadas, transformando-se em um fenômeno que extrapola os limites das cidades. Esse processo reflete práticas, táticas e estratégias adotadas por diferentes formas de capital e trabalho em busca de garantir sua reprodução (Limonad, 2011).

Além disso, como visto na seção anterior, observa-se uma extensão das áreas urbanas para além de seus limites tradicionais, mesclando-se com áreas rurais. Assim, torna-se necessário repensar as interpretações sobre a relação urbano-rural, tradicionalmente, polarizados em uma perspectiva dicotômica ou de uma perspectiva de *continuum* (Marques, 2002).

A perspectiva dicotômica pensa o rural em oposição ao urbano, enfatizando as características desses espaços que os tornam espaços distintos, ou ainda opostos. Segundo Coelho Neto:

Diversos textos ilustram os termos que dominaram essa perspectiva, concedendo elementos para a dualidade-dicotomia: o rural relacionado ao velho, ao tradicional, ao atrasado, ao passado, um espaço periférico onde se realiza atividades agrícolas; o urbano relacionado ao novo, ao moderno, ao adiantado, ao futuro, um espaço central onde se desenvolve atividades industriais, do comércio e dos serviços (Coelho Neto, 2013, p. 155).

Ainda segundo esse autor, estes elementos produzem representações sobre o urbano e rural que foram apropriadas pelo senso comum, invadindo o imaginário social e produzindo preconceitos, ordens e comportamentos variados, inclusive na proposição de políticas públicas que pretendiam “uma superação do rural, sua negação, tornando-o um espaço cada vez mais urbano, modernizado, desenvolvido” (Coelho Neto, 2013, p. 155).

Essa perspectiva torna-se inviável quando a definição do que é exatamente o "urbano" torna-se cada vez mais difusa, dificultando a delimitação clara entre urbano e rural (Brenner, 2018), aumentando a complexidade do espaço das cidades e impactando as formas de interpretar a sociedade e a vida cotidiana.

Diante desse cenário, surgiu a perspectiva de *continuum* como uma alternativa mais abrangente para compreender as interações entre o urbano e o rural (Marques, 2002). Wanderley (2002 *apud* Coelho Neto, 2013)¹ desdobra a perspectiva de *continuum* em duas vertentes que oferecem interpretações distintas: um *continuum* urbano-centrada, que aponta para o fim da realidade rural pela dominação do urbano, e um *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos.

A vertente *continuum* urbano-centrada (Wanderley, 2002 *apud* Coelho Neto, 2013) fundamenta-se na ideia de uma homogeneização espacial e social, prevendo o desaparecimento gradual do rural à medida que as dinâmicas urbanas se expandem e dominam o território. Nessa perspectiva, o rural é absorvido pelas características do urbano, tornando-se, em última instância, indistinguível. Essa perspectiva reflete uma visão teleológica do desenvolvimento, na qual a urbanização é vista como um processo inevitável e irreversível, alinhado às demandas do capital e à modernização territorial (Rua, 2006).

Dentro dessa vertente, Rua (2006, p. 90) explora um conceito análogo: a "urbanização do rural". O autor o descreve como um processo em que o rural se dissolve gradualmente em distintos graus de urbanização. Essa visão destaca a progressiva incorporação do rural ao tecido urbano, impulsionada por fenômenos como a expansão das infraestruturas, a reconfiguração econômica e a fragmentação territorial, como os evidenciados por Abramo (2007) e Brenner (2018). O rural, nesse caso, é redefinido pelas dinâmicas da urbanização capitalista, deixando de ser um espaço autônomo e tornando-se um componente funcional do modelo urbano ampliado.

Também é possível relacionar a essa vertente o entendimento de Lefebvre (1999, p. 17) de que a urbanização contemporânea representa a dominação da cidade sobre o campo, um fenômeno em que o "tecido urbano" emerge não apenas como um sistema de vias e edifícios, mas como um conjunto de manifestações da influência da cidade sobre o espaço rural e periférico.

Já a vertente *continuum* rural-urbano, descrita por Wanderley (2002 *apud* Coelho Neto, 2013), apresenta uma visão alternativa que enfatiza a interação dinâmica e a continuidade entre os espaços urbano e rural. Essa perspectiva rompe com a ideia de homogeneização desses territórios, propondo que, embora conectados, urbano e rural mantêm características particulares que os distinguem. Nesse modelo, o rural não é completamente absorvido pelo urbano, mas passa a interagir com ele de maneira complexa e interdependente.

Essa abordagem reconhece que o rural ainda desempenha um papel relevante, mesmo diante da crescente influência urbana. Práticas culturais, sociais e econômicas originárias do campo continuam a moldar o cotidiano das populações rurais, adaptando-se às transformações contemporâneas sem perder sua essência. Rua (2006, p. 91) amplia essa discussão ao introduzir – da mesma forma que na vertente anterior – o conceito de “novas ruralidades”, destacando que, no contexto das mudanças socioeconômicas e ambientais, o rural não desaparece, mas se reinventa.

Segundo Coelho Neto (2013), essa vertente está relacionada à crise do modelo produtivista dos anos 1980, a qual tem gerado formas alternativas de reprodução social no campo. Dessa forma, o autor argumenta que, nesse contexto de crise, foram gestadas mudanças na realidade rural brasileira, as quais apontariam para a construção de características no campo. Segundo ele, esses fenômenos seriam: a intensificação da pluriatividade, pelo surgimento de outras atividades não-agrícolas em território rural; e a crescente busca de meios alternativos de vida no campo por pessoas oriundas da cidade (Coelho Neto, 2013).

Rua (2006), entretanto, critica a insuficiência das abordagens anteriores (visão dicotômica e de *continuum*). O autor chama atenção para o caráter homogeneizador e simplificador das interpretações dicotômica e de *continuum* urbano-centrada, as quais são focadas no urbano, bem como para o peso exagerado colocado no rural pelos autores das “novas ruralidades”, visto que não seria possível deixar de admitir a posição de predomínio do urbano na reestruturação espacial do mundo contemporâneo. Como alternativa, o autor propõe a noção de “urbanidades no rural”, que reconhece as transformações no espaço rural, mas as distingue de uma total urbanização e de uma ruralidade renovada. Para Rua (2006), esses espaços mantêm características próprias, sem se tornarem totalmente urbanos.

Rua (2006) é enfático para a distinção entre “urbanização do rural”, a qual levaria à inevitável perspectiva do fim do rural, e “urbanização no rural”, considerando que o que se verifica na atualidade são espaços rurais que não são urbanos, mas que apresentam outra natureza distinta do rural tradicional e do urbano. Para o autor, as urbanidades no rural seriam todas as manifestações urbanas em áreas rurais sem que se considere esses espaços como formalmente urbanos.

A partir dessa leitura, Coelho Neto *et al.* (2021, p. 37), ao estudarem a realidade do Território do Sisal, introduzem o conceito complementar de “ruralidades no urbano” – forte influência de elementos rurais na conformação do espaço urbano. Os autores identificaram marcas das ruralidades na paisagem urbana, como nas manifestadas pelas festividades rurais, forrós, caminhadas com animais, entre outras. Por esta perspectiva, mesmo nos espaços onde há maiores impactos da urbanização e modernização, ainda é possível distinguir o urbano do rural, e se deve considerar esses aspectos quando são analisados diferentes processos que reproduzem o espaço e interferem no cotidiano dos lugares.

Resumimos as principais perspectivas das relações urbano-rural no Quadro 2.

Quadro 2: Interpretações das relações entre cidade e campo

INTERPRETAÇÃO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Perspectiva Dicotômica	Campo e cidade são entendidas como opostos, enfatizando diferenças e separações.	Rural ligado ao tradicional, atrasado, agrícola; Urbano vinculado moderno, avançado, industrial. Produz preconceitos e visão hierárquica entre os espaços (Marques, 2002).
Perspectiva de Continuum	Propõe a existência de uma continuidade e interação entre o rural e o urbano, sem oposição rígida.	Inclui as vertentes Urbano-Centrada (urbanização do rural), que prevê a homogeneização e desaparecimento do rural, e Rural-Urbano (novas ruralidades), que preserva características rurais (Lefebvre, 1999; Marques, 2002; Wanderley, 2002 <i>apud</i> Coelho Neto, 2013; Rua, 2006).
Urbanidades no Rural	Reconhece transformações no rural, mas rejeita sua total urbanização; propõe que espaços rurais possuem nova natureza distinta.	Manifestações urbanas em áreas rurais sem perder o caráter original; rejeição à homogeneização promovida pelas perspectivas clássicas (Rua, 2006).
Ruralidades no Urbano	Enfatiza a permanência de elementos rurais no espaço urbano, influenciando sua conformação e dinâmica.	Evidente em práticas culturais e econômicas de origem rural em espaços urbanos (Coelho Neto <i>et al.</i> , 2021).

Fonte: Os autores (2024).

Portanto, as diferentes interpretações sobre a interface urbano-rural refletem não apenas a complexidade dos processos de urbanização contemporânea, mas também a necessidade de ampliar os marcos analíticos para compreender as novas territorialidades que emergem nesse contexto. Esses conceitos contribuem para reavaliar as relações entre o urbano e o rural, promovendo abordagens que valorizem suas interações e particularidades em vez de reforçar dicotomias rígidas.

A partir das perspectivas teóricas revisadas (Quadro 2), é possível traçar paralelos com a existência de diferentes tipos de espaços de moradia em Mandirituba identificados por Ransolim (2022). Os tipos identificados – Rural, Dormitório, Limítrofe e Subcentralidade (Quadro 1) – ilustram as transformações socioespaciais contemporâneas, conectando as teorias às especificidades do território analisado.

Assim, na próxima seção, analisaremos como essas visões conceituais ajudam a compreender os novos tipos de espaços de moradia identificados em Mandirituba.

RELAÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE EM MANDIRITUBA

Diante do exposto nas seções anteriores, reforçamos os entendimentos de trabalhos anteriores (Ransolim, 2022) onde, ao utilizar uma tipologia para definir situações típicas, comprime-se uma realidade complexa permite de facilitar a compreensão e análise dos espaços estudados para orientar políticas e programas públicos (Kapp, 2012, p. 6).

Consideramos, então, que as proposições de Marques (2002), Rua (2006) e Coelho Neto *et al.* (2021, p. 37), nos ajudam a compreender a complexidade do rural brasileiro na contemporaneidade. Ao examinar o Município de Mandirituba, observamos anteriormente que os espaços de moradia assumem diferentes características a depender do seu contexto dentro do território (Quadro 1) (Ransolim, 2022). Mais do que uma forma única de ocupar o território, esses espaços articulam características tanto do urbano quanto do rural, ao invés de representarem uma transição unidirecional para a urbanidade.

Ao traçar paralelos entre a tipologia elaborada por Ransolim (2022) com as abordagens apresentadas neste trabalho, podemos retirar novos aprendizados.

A perspectiva dicotômica de oposição entre rural ao urbano é (novamente) questionada quando, no tipo Rural (Quadro 1), por exemplo, vemos áreas onde predominam atividades agropecuárias e um estilo de vida mais próximo ao “velho” rural, mas com a presença de certas características urbanas, como comércios, equipamentos públicos, etc. Essas áreas revelam que as características rurais ainda desempenham um papel central, mesmo em meio à metropolização, ecoando a noção de “urbanidades no rural” de Rua (2006). Assim, essas zonas demonstram uma ruralidade mais preservada e adaptada, em que as relações de parentesco e o vínculo com a terra moldam o modo de vida, em contraste com um urbano ou rural hegemônicos.

Já no tipo Dormitório e no tipo Limítrofe (Quadro 1), temos espaços em transformação, reforçando a ideia do *continuum* urbano-centrada descrito por Wanderley (2002 *apud* Coelho Neto, 2013), onde se observa o predomínio da urbanidade sobre a ruralidade sem, contudo, perder totalmente sua essência. Também se observa uma “urbanização do rural”, que Rua (2006) critica na abordagem clássica.

Por fim, o tipo Subcentralidade (Quadro 1), concentram usos mistos e, diferentemente dos tipos anteriores, possuem maior número de infraestruturas urbanas (rede de água, pavimentação, etc.). Aqui, o rural e o urbano coexistem e se interpenetram, produzindo um espaço com características únicas, e evidenciam que a urbanidade não é uma condição homogênea nem excludente. Quanto à interpretação do processo, em um primeiro momento, reafirma-se a perspectiva das “urbanidades no rural” de Rua (2006), que ressalta como manifestações urbanas aparecem em áreas rurais sem que o rural desapareça. Porém, se considerarmos esses territórios como urbanos – visto suas características únicas em relação aos demais² –, o que se observa nesse tipo, na verdade, são as “ruralidades no urbano” de Coelho Neto *et al.* (2021).

Dessa forma, o cruzamento das diferentes vertentes interpretativas sobre o urbano-rural com a tipologia desenvolvida por Ransolim (2022) para Mandirituba amplia a compreensão das inter-relações entre os espaços. Os tipos identificados oferecem uma base física para interpretar as ruralidades que persistem em meio à urbanização, assim como as urbanidades que se inserem no rural. Diante disso, é possível inferir que no território de Mandirituba há diferentes processos socioespaciais que configuram os espaços de moradia: identifica-se tanto transformações (*continuum*), urbanidades no rural e ruralidades no urbano. Diante disso, pode-se afirmar que a visão dicotômica entre urbano e rural não se observa mais no contexto metropolitano da RMC analisado.

Por fim, também pode-se inferir que o fenômeno urbano não está, apenas, fazendo desaparecer o rural "tradicional", mas sim, fazendo surgir novas formas de ocupar e de se apropriar do território. Esse cenário de atuação de diferentes processos socioespaciais fomenta a reflexão sobre como a urbanização extensiva do espaço, oriundo da produção capitalista da cidade, reestrutura também os territórios rurais, resultando em espaços diferenciados, porém cada vez mais fortemente articulados.

CONCLUSÃO

A análise da produção da cidade capitalista revela um panorama dinâmico e contraditório, onde o processo de urbanização é moldado pela lógica da acumulação e reprodução do capital. Essa urbanização não se limita aos centros metropolitanos, mas se estende de modo paradoxal por processos simultâneos de compactação e dispersão (Abramo, 2007). No contexto da urbanização extensiva, como aponta Brenner (2018), o tecido urbano transcende as fronteiras tradicionais entre o urbano e o rural, alcançando áreas periurbanas e rurais. Essa reconfiguração dissolve tradicional dicotomia urbano-rural e propõe novos desafios analíticos.

A dispersão territorial e a fragmentação do território – estimuladas pelo capital financeiro, políticas estatais e especulação imobiliária – não eliminam completamente o rural. Em vez disso, reconfiguram-no em coexistência de novas formas de ocupação do território. Marques (2002), Rua (2006) e Coelho Neto *et al.* (2021) enfatizam que o resultado é um espaço híbrido e interdependente, onde permanências e inovações coexistem. Carlos (2007) complementa, indicando que, sobretudo nas metrópoles, os processos socioespaciais da contemporaneidade envolvem tanto a manutenção de elementos do "velho" rural quanto a incorporação de novas formas de ocupação urbana, refletindo a expansão e a interdependência entre o urbano e o rural.

Esse fenômeno é particularmente evidente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde territórios como os espaços de moradia periféricos em Mandirituba exemplificam a complexidade desse mosaico socioespacial. Os diferentes tipos de espaços de moradia identificados por Ransolim (2022) – Rural, Dormitório, Limítrofe e Subcentralidade – oferecem uma perspectiva prática para entender como a urbanização capitalista incorpora

elementos seletivamente rurais e urbanos. A tipologia evidencia como a reestruturação territorial cria uma diversidade espacial, na qual ruralidades e urbanidades coexistem de maneira interdependente.

A metropolização, nesse contexto, exerce um papel central ao intensificar as dinâmicas de expansão urbana e promover a integração funcional entre espaços centrais e periféricos (Lencioni, 2017). Esse processo aprofunda a heterogeneidade dos territórios metropolitanos, evidenciando a coexistência de espaços economicamente dinâmicos com áreas que ainda enfrentam desafios relacionados à integração social e ao acesso a serviços básicos (Carlos, 2007). Assim, a metropolização não apenas reflete as tendências de concentração e dispersão, mas também exige estratégias mais equilibradas de planejamento territorial, que valorizem a diversidade e reduzam desigualdades socioespaciais.

A análise conduzida neste estudo reforça a necessidade de repensar a definição de urbano e rural como categorias estáticas. Brenner (2018) e Sposito (2007) destacam que essas transformações demandam abordagens analíticas que considerem as relações socioespaciais híbridas e os padrões de reestruturação territorial. Tipologias, como a desenvolvida para Mandirituba, contribuem como ferramentas essenciais para interpretar essas dinâmicas, ao fornecer uma base para compreender as influências mútuas entre o urbano e o rural e suas implicações para o planejamento territorial.

No entanto, deve-se considerar que, por tratar-se de uma análise qualitativa focada em uma região específica, não se pode inferir com certeza que os resultados podem ser generalizados para outras metrópoles ou contextos regionais sem considerar suas particularidades. Assim, sugere-se que trabalhos futuros ampliem o escopo da pesquisa para incluir comparações entre diferentes regiões metropolitanas e contextos territoriais, a fim de identificar e reconhecer os novos e complexos processos socioespaciais em curso nas metrópoles brasileiras.

Por fim, o estudo da interface entre rural e urbano não apenas amplia a compreensão da reestruturação do território metropolitano da RMC, mas também reforça a importância de abordagens multiescalares e inclusivas para pensar políticas públicas que respondam às necessidades de uma realidade socioespacial multifacetada. A valorização das tipologias como instrumento analítico e a incorporação de uma visão integrada entre ruralidades e urbanidades podem fundamentar estratégias mais eficazes para o planejamento e gestão territorial no contexto das metrópoles contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 25, 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/181>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BALISKI, Patrícia. **Produção do espaço e periferização na metrópole**: uma análise a partir do mercado formal de moradia popular em Fazenda Rio Grande/PR. 2019. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/62324>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. *In*: BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 261-310. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/06/Espa%C3%A7os-da-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-Estudos-em-Teoria-Cr%C3%ADtica-Urbana.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123 p.

COELHO NETO, Agripino Souza. Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 16 Ago., p. 152–169, 2013. DOI: 10.14393/RCT81619867. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19867>. Acesso em: 17 set. 2024.

COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinúzia Moreira Carneiro; LIMA, Jamile da Silva; RODRIGUES, Maria da Paz; SILVA, Onildo Araujo da. A cidade pequena na interface urbano-rural: demarcando conceitos necessários à investigação. *In*: SILVA, Onildo Araujo da (org.). **A cidade pequena na interface urbano rural**: um olhar sobre o Território do Sisal. Rio de Janeiro: Consequência, 2021, p. 27-48.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.geo.uel.br/didatico/claudio/curitiba/capasumario.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

KAPP, Silke. Uma tipologia de espaços cotidianos. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], n. 15, p. 5-20, 2012. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i15p5-20. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/48853>. Acesso em: 12 jul. 2022.

LEFEBVRE, Henri. Da cidade à sociedade urbana. *In*: LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 15-32.

LENCIONI, Sandra. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana contemporânea. *In*: LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 29-40.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 1, n. 14, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v1i14.705. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2002.160. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/160>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/rev_pr_111.pdf. Acesso em 30 ago. 2024.

NUNES DA SILVA, Madianita. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/28377>. Acesso em: 25 jul. 2022.

NUNES DA SILVA, Madianita (coord.); CORREIA, Alice Dandara de Assis; TEIXEIRA, Ana Gabriela; FURLAN, Débora Luiza Schumacher; VASCO, Kelly Maria Christine Mengarda; LEMES DA SILVA, Marcelle Borges. **Relatório de pesquisa Direito à cidade e habitação: condicionantes institucionais e normativas para implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba**. Curitiba: LAHURB UFPR; LEPUR UFABC; Observatório das Metrópoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-Final_Curitiba_LAHURB_UFPR.pdf. Acesso em 10 ago. 2023.

PEREIRA, Augusto dos Santos. **O conceito de periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao planejamento**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/34318>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RANSOLIM, Eduardo de Souza. **Desenvolvimento socioespacial em espaços em conversão rural-urbano: uma análise dos Setores Especiais de Núcleos Urbanizados do Município de Mandirituba - PR**. 124 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Paraná, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Curitiba, 2022.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1 Fev., p. 82–106, 2006. DOI: 10.14393/RCT1111781. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781>. Acesso em: 17 set. 2024.

SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **Eure**, v. 39 (118), p.27-46, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v39n118/art02.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. (coord.); VIANA, Elze Manguiera; VIEIRA JUNIOR, Ildeu Manso; MAGALHÃES, Leila Maria Bueno de; SILVA NETO; Manuel Nunes da; ALVARADO, Mario Fernando Paz y Mino; SANTOS; Vilmar Fernandes dos. Transformações recentes no espaço metropolitano de Curitiba. In: ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (org.). **Metrópole grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994. p. 55-65. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_metropole_12_1994.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-37.

¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric. TEIXEIRA, Olivio Alberto (org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa, 2002, p. 39-52.

² Vale destacar que as duas localidades categorizadas como Subcentralidade por Ransolim (2022) são consideradas legalmente como urbanas pelo Município de Mandirituba.